

ANÁLISE DA POSSÍVEL RELAÇÃO DA EDUCAÇÃO FINANCEIRA COM O DESEMPENHO DO OFICIAL DA AERONÁUTICA¹

ANALYSIS OF THE POSSIBLE RELATIONSHIP OF FINANCIAL EDUCATION WITH THE PERFORMANCE OF THE AIRLINE OFFICER

Anizio Duscable Mendes Junior²
Wilson B. Figueiredo Filho³

RESUMO

O crescimento acelerado da inflação a partir do final da década de 70 que persistiu até 1994 induziu a população a um consumo impulsivo por conta do temor da rápida variação de preços. Com a estabilização da moeda proporcionada pelo Plano Real, a taxa de juros relativamente mais estável, contribuiu para aumentar o poder de compra da população. Consequentemente, houve um incremento na oferta para acompanhar esta crescente demanda de consumidores por produtos e serviços financeiros. Cartões de crédito, empréstimos e financiamentos podem melhorar a qualidade de vida dos consumidores, mas a falta de educação financeira acerca do funcionamento desses instrumentos pode acarretar em sérios problemas econômicos. Dada a baixa educação financeira das famílias brasileiras, evidenciada pelo elevado número de inadimplentes, o cenário torna-se ainda mais preocupante quando os problemas decorrentes da má gestão financeira começam a afetar o desempenho no trabalho, especialmente em atividades militares, que exigem um comprometimento extremo e frequentemente envolvem tarefas de alto risco. Partindo da hipótese de que um oficial educado financeiramente pode desenvolver suas atividades militares e operacionais com maior foco e motivação, gerando benefícios tanto para o indivíduo quanto para a Força, este trabalho tem como objetivo estudar a possível relação entre a educação financeira e o desempenho futuro dos oficiais da Aeronáutica, bem como explorar a posição da Força Aérea Brasileira sobre esse assunto. A metodologia adotada para alcançar esses objetivos e responder à hipótese proposta foi uma pesquisa bibliográfica e descritiva de artigos e livros, além de análise de dados pertinentes ao tema. Por fim, constatou-se que não há um estudo que relata os efeitos concretos da educação financeira no desempenho dos oficiais, no entanto os efeitos no desempenho durante a rotina de trabalho relatado nos artigos usados são fatores relevantes, uma vez que podem se tornar possíveis dentro da rotina do oficial devido ao alto nível de foco e comprometimento exigido nas atividades militares.

Palavras-chave: Educação Financeira; desempenho profissional; endividamento; inadimplência.

¹Artigo de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Formação de Oficiais Aviadores (CFOAv) da Academia da Força Aérea (AFA).

²Cadete Aviador do 4o Esquadrão (Turma Árion, 2021).

³Graduado em Ciências Econômicas, Mestrado e Doutorado em Geografia. Email: wilsonwbff@fab.mil.br

ABSTRACT

The accelerated growth of inflation from the end of the 1970s, which persisted until 1994, led the population to impulsive consumption due to fear of rapid price changes. With the stabilization of the currency provided by the Real Plan, the relatively more stable interest rate contributed to increasing the population's purchasing power. Consequently, there was an increase in supply to keep up with this growing consumer demand for financial products and services. Credit cards, loans and financing can improve consumers' quality of life, but the lack of financial education about how these instruments work can lead to serious economic problems. Given the low financial education of Brazilian families, evidenced by the high number of defaulters, the scenario becomes even more worrying when problems arising from poor financial management begin to affect performance at work, especially in military activities, which require extreme commitment and often involve high-risk tasks. Based on the hypothesis that a financially educated officer can develop his military and operational activities with greater focus and motivation, generating benefits for both the individual and the Force, this work aims to study the possible relationship between financial education and future performance of Air Force officers, as well as exploring the position of the Brazilian Air Force on this issue. The methodology adopted to achieve these objectives and respond to the proposed hypothesis was a bibliographic and descriptive research of articles and books, in addition to analysis of data relevant to the topic. Finally, it was found that there is no study that reports the concrete effects of financial education on the performance of officers, however the effects on performance during the work routine reported in the articles used are relevant factors, as they may become possible within the officer's routine due to the high level of focus and commitment required in military activities.

Keywords: Financial education; professional performance; debt; possible relationship.

INTRODUÇÃO

A partir da década de 1990, o Brasil presenciou uma mudança no âmbito do Estado, marcada por uma série de reformas com orientação neoliberal (Saito, Savoia e Santana, 2007). Sobre a influência da globalização, observaram-se mudanças substanciais nos ramos tecnológicos, produtivos, financeiros e educacionais, desencadeando uma redefinição do papel governamental no fornecimento de serviços públicos e na segurança dos cidadãos, abrangendo seus aspectos sociais e regulatórios.

Outra mudança neste cenário foi a estabilização da moeda, acarretando a redução da inflação. Em um processo inflacionário, o curto prazo é a característica dominante nas decisões financeiras, levando os indivíduos a buscarem mecanismos de defesa do seu poder aquisitivo e do seu patrimônio. A escolha de ativos reais e a procura por liquidez tendem a tornar essas decisões

imediatistas e a encurtar o horizonte de planejamento. Deste modo, passa-se a priorizar o consumo, deixando de se criar uma cultura de poupança a longo prazo (Saito, Savoia e Santana, 2007).

A disponibilidade expandida de crédito, a partir de empréstimos, financiamentos, cheque especial e cartões de crédito, ofereceu novas oportunidades para melhorar a qualidade de vida da população brasileira. No entanto, como destacado por Lopes (2012), a falta de familiaridade com o uso desses instrumentos pode resultar em um endividamento descontrolado. Este fenômeno é ilustrado pela alarmante estatística de que cerca de 77,9% da população brasileira está atualmente inadimplente (CNC, 2023), evidenciando um baixo nível de educação financeira (Santos, 2013), por fim conclui-se que os inadimplentes não conseguem quitar as próprias dívidas, uma vez que as despesas fugiram do controle.

Os efeitos da inadimplência vão além das questões econômicas, podendo causar estresse, ansiedade e desmotivação, como observado por Santos (2013). Estes problemas, por sua vez, podem afetar tanto o desempenho individual quanto o funcionamento geral de uma instituição, uma vez que o bem estar do funcionário é um fenômeno decisivo para o sucesso. No contexto das atividades militares, bem como atividades aéreas, busca e salvamento, atividades de campanha e escalas de serviço, os quais demandam um comprometimento extremo do militar, a influência da gestão financeira sobre o desempenho profissional ainda não foi completamente compreendida.

Diante dessa lacuna, surge a pergunta central deste estudo: **Qual é a possível relação entre a educação financeira e o desempenho do oficial da Aeronáutica?** Partindo da hipótese de que um oficial com educação financeira adequada tende a tomar decisões mais inteligentes em relação aos próprios gastos, a pesquisa visa investigar se existem fatores que têm a possibilidade de influenciar o desempenho dos militares ao longo das atividades administrativas e operacionais ao longo da rotina e da progressão de carreira. Considerando a influência da educação financeira na qualidade de vida dos profissionais, a possibilidade de melhorias no desempenho e na segurança no trabalho é uma perspectiva a ser considerada.

Este estudo ganha relevância devido ao crescente interesse de empresas, governo e instituições militares, como a Academia da Força Aérea (AFA), na promoção da educação financeira entre seus membros. Reconhecendo que os recursos humanos eficientes são um fator crítico para o sucesso estratégico, este trabalho tem por objetivo analisar a relação entre educação financeira e desempenho profissional dos oficiais da Aeronáutica, além de explorar as perspectivas da Força Aérea Brasileira sobre esse tema.

A metodologia adotada será baseada em pesquisa bibliográfica e documental, com o objetivo de coletar e analisar dados relevantes sobre o nível de endividamento e de educação financeira da população e os efeitos produzidos pela falta do controle de gastos no desempenho e na segurança das empresas. Para conhecer as causas que levam à necessidade de democratizar a educação financeira, relacionar a educação financeira com o desempenho profissional, identificar fatores da educação financeira que podem auxiliar no desempenho do oficial da aeronáutica e conhecer os projetos e as estratégias da Força Aérea Brasileira sobre a implementação da educação financeira.

1 REFERENCIAL TEÓRICO

No período compreendido entre o final da década de 70 e 1994, os reajustes frequentes de preços, decorrentes do avanço da inflação, eram uma realidade constante. Essa instabilidade econômica refletia diretamente nos hábitos de consumo e nas práticas financeiras dos brasileiros, como destacado pela Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2011, p. 2):

Além disso, durante os anos 70, 80 e parte dos anos 90, a inflação era muito alta no Brasil. Os preços eram regularmente ajustados com base na inflação passada. Essa memória inflacionária faz com que os cidadãos consumam imediatamente, na expectativa de que os preços aumentarão rapidamente.

A análise de Araujo (2014) aponta para um período marcado entre 1980 e 1994 pelos altos índices de inflação e a baixa bancarização⁴ no Brasil, fatores que contribuíram significativamente para a falta de organização financeira entre os brasileiros de renda média. A escassez de crédito e o acesso limitado à informação também foram elementos determinantes neste cenário, no qual indivíduos enfrentam dificuldades para administrar seus gastos, com o intuito de preservar seu poder de compra. Estes fatores podem ser identificados como uma das razões para a demora no desenvolvimento e conscientização da educação financeira na população, sendo essa questão melhorada somente com a implementação do Plano Real em 1994.

A partir da década de 1990, impulsionado pelo advento do Plano Real e pela influência da globalização, juntamente com a estabilidade da moeda, houve um significativo aumento da inclusão da sociedade no mercado financeiro. Esse período marcou uma expansão sem precedentes da demanda por produtos e serviços financeiros, que se estendeu para além dos tradicionais mercados

⁴ Processo de inclusão da população no sistema bancário, ampliando o seu acesso aos serviços financeiros.

de capital, alcançando também os setores de fundos de pensão, seguros e capitalização, os quais se tornaram cada vez mais acessíveis e populares (ENEF, 2011).

Por outro lado, a Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF, 2011) destaca as notáveis transformações ocorridas na sociedade brasileira ao longo dos anos. Entre os principais aspectos ressaltados, destaca-se a expansão da classe média, que passou de 32% para 47% da população entre os anos de 2002 e 2007. Além do mais, houve uma significativa redução na desigualdade de renda, que diminuiu de 0,604 para 0,556 medida pelo índice de Gini⁵ entre 1993 e 2007, bem como uma queda expressiva na taxa de pobreza extrema, que passou de quase 12% para 5% da população entre os anos de 1992 e 2007. Esses indicadores apontam para uma redistribuição de riqueza entre os brasileiros, com consequência direta nos padrões de consumo, poupança e investimento.

Destaca-se ainda o rápido crescimento do crédito no período entre 2002 e 2008, que saltou de 22% do PIB para quase 40%. Essa expansão do crédito representa um elemento crucial nas mudanças de comportamento financeiro da população, influenciando diretamente nos hábitos de consumo, poupança e investimento dos brasileiros. Portanto, é evidente a complexidade e a interconexão de diversos fatores econômicos e sociais que moldaram e continuam a moldar o panorama da educação financeira no Brasil (ENEF, 2011).

No entanto, o aumento da disponibilidade de diversos instrumentos financeiros, tais como cartões de crédito, empréstimos, cheque especial e financiamentos, revelou também uma série de desafios e aspectos negativos no uso desses recursos pela população. Conforme apontado por Savoia, Saito e Santana (2007, p. 2):

Mudanças tecnológicas, regulatórias e econômicas elevaram a complexidade dos serviços financeiros. Mas a insuficiência de conhecimento sobre o assunto, por parte da população, compromete as decisões financeiras cotidianas dos indivíduos e das famílias, produzindo resultados inferiores ao desejado.

De acordo com Veludo de Oliveira, Ikeda e Santos (2004), a popularização do cartão crédito nas diversas classes sociais é responsável pela mudança no comportamento de grupos que antes não tinham acesso a este mecanismo. Os autores ainda citam estudos de Campbell (2006) e

⁵ O Índice de Gini, criado pelo matemático italiano Conrado Gini, é um instrumento para medir o grau de concentração de renda em determinado grupo. Ele aponta a diferença entre os rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de zero a um (alguns apresentam de zero a cem). O valor zero representa a situação de igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda. O valor um (ou cem) está no extremo oposto, isto é, uma só pessoa detém toda a riqueza.

Lusardi e Mitchell (2007), os quais concluíram que quanto maior o nível de educação financeira do indivíduo maiores são as chances de obter respostas adequadas a problemas financeiros, estabelecendo a relação entre o endividamento do cartão de crédito com a educação financeira.

Conforme destacado por Bernthal, Crocket e Rose (2005), o cartão de crédito é uma ferramenta que possui um poder paradoxal sobre o consumidor. Por um lado, ele tem o potencial de libertar o consumidor, proporcionando-lhe acesso a bens e serviços, conferindo-lhe status e até mesmo possibilitando mudanças em seu estilo de vida. No entanto, por outro lado, esse mesmo instrumento financeiro pode restringir o poder do consumidor ao aprisioná-lo em um ciclo de endividamento.

Ao analisar os dados fornecidos pela Pesquisa de Endividamento e Inadimplência do Consumidor (PEIC), conduzida pela Confederação Nacional do Comércio (CNC), observa-se uma preocupante situação de inadimplência no país. No mês de abril de 2022, a pesquisa revelou que uma parcela significativa, atingindo 78,3% das famílias, estava endividada. Além disso, constatou-se que, a cada 100 consumidores inadimplentes, 45 deles estavam com pagamentos em atraso por mais de três meses. De acordo com a CNC (2022):

Aqueles que não terão condição de pagar suas dívidas somaram 11,6%, percentual superior aos 11,5% de março e aos 10,9% de abril do ano anterior. Quem tem dívidas atrasadas há mais tempo segue enfrentando dificuldade de sair da inadimplência em função dos juros elevados, que pioram as despesas financeiras.

O mais recente levantamento da Serasa, com base em dados de janeiro de 2023, revela um preocupante aumento nos níveis de inadimplência no Brasil, seguindo um período de desaceleração no mês anterior. Os números indicam que mais de 600 mil indivíduos foram adicionados à lista de inadimplentes, elevando o total para 70,09 milhões de brasileiros com restrições de crédito.

Um aspecto digno de nota é a distribuição dos inadimplentes por faixa etária. De acordo com o levantamento, os indivíduos com idades entre 26 e 40 anos representam a maior porcentagem do total, compreendendo 34,8% dos inadimplentes. Em seguida, encontram-se os indivíduos na faixa etária de 41 a 60 anos, que correspondem a 34,7% do total Serasa (2023).

Sendo assim, a falta da educação financeira pode trazer consequências negativas ao ambiente de trabalho, uma vez que surge outro problema quando um profissional endividado traz complicações da própria vida pessoal para dentro da instituição, afetando o desempenho da empresa Kuzuhara (2022). O desequilíbrio financeiro dos colaboradores tem um impacto negativo significativo na vida profissional, uma vez que uma gestão financeira inadequada resulta em

solicitações frequentes de adiantamentos salariais e uma redução da produtividade no ambiente de trabalho (Kuzuhara, 2022).

Além disso, nota-se um aumento no absenteísmo, com funcionários faltando, chegando atrasados ou saindo mais cedo para lidar com questões financeiras urgentes. Isso ressalta a interconexão entre a situação financeira dos funcionários e seu desempenho no trabalho, conforme destacado por Barros (2020):

Os colaboradores que enfrentam problemas financeiros costumam trabalhar mais ansiosos, desenvolver doenças como depressão, crise de pânico, fobia social, esgotamento físico e mental como o burnout e outras. Isso resulta em baixa produtividade, trabalho sem qualidade e resultados negativos para a empresa.

Conforme destacado por Natali (2018), o aumento do engajamento, da produtividade e da fidelidade dos colaboradores traz consigo vantagens significativas para as empresas, ao mesmo tempo em que contribui para a redução do absenteísmo. Investir no bem-estar dos colaboradores equivale a investir no sucesso e na eficiência da empresa, além de valorizar o tempo dedicado ao treinamento e desenvolvimento de suas equipes. É importante ressaltar os dois índices apresentados por Natali (2018), os quais detalham o impacto da falta de atenção e o efeito desses fatores no ambiente de trabalho:

No Brasil, 42% dos trabalhadores com altos níveis de preocupação financeira demonstram desatenção e pouca produtividade em seus empregos, segundo pesquisa realizada em 2015 pela CNDL e SPC Brasil (2015) [...] além disso, pelo menos 22% alegaram perder a paciência com os colegas de trabalho mais facilmente.

Tratando-se do Estado Brasileiro, ele reconhece a necessidade da implementação e a elaboração de uma estratégia nacional de educação financeira para a população. De acordo com a ENEF (2011, p 2):

As pessoas não planejam seus gastos no longo prazo, demoram para se preparar financeiramente para a aposentadoria, não estão completamente cientes dos riscos e dos instrumentos para a sua proteção, têm dificuldades em tomar decisões a respeito de empréstimos e investimentos, e são vulneráveis a fraudes.

Portanto, o decreto Nº 10.393 (Brasil, 2020) estabelece a criação da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) e do Fórum Brasileiro de Educação Financeira (FBEF), com o objetivo de promover a educação financeira, securitária, previdenciária e fiscal em todo o país. Esse decreto prevê a realização de reuniões presenciais ou por videoconferência entre os membros do

FBEF, além da troca de informações entre órgãos públicos e entidades privadas, visando estimular e integrar as ações nesses campos.

Além do empenho do Estado brasileiro nesse sentido, destaca-se também o esforço da Força Aérea Brasileira (FAB) para a implementação efetiva desse tema entre seus efetivos. A Portaria DIRAP N° 22/SPOG4 estabelece um plano para a criação de um programa de educação financeira direcionado aos militares. Neste documento, é realizada uma análise do cenário de consumo da população, bem como ressalta-se a conclusão de “que existe uma percepção do que é certo e do que é errado na hora de gastar o dinheiro. Na prática, contudo, ante a pressão das necessidades e urgências do dia a dia, essa percepção é prejudicada” (ENEF, 2011. p. 2 *apud* Portaria DIRAP N° 22/SPOG4, 2022, sem página).

A Portaria DIRAP N° 22/SPOG4 também apresenta os resultados de uma pesquisa sobre o perfil econômico dos militares que mostra um cenário no qual o Comando da Aeronáutica nota que é de muita relevância a implementação de ações sociais que estimulem a mudança de atitudes do próprio efetivo em relação ao melhor planejamento financeiro. Essa medida se mostra crucial diante das consequências substanciais e multifacetadas que afetam o âmbito institucional, comprometendo a eficiência operacional, a segurança, a propensão à transição para outras instituições públicas e privadas, a qualidade de vida e as interações interpessoais. A partir dessas constatações, são propostas uma série de estratégias para uma maior implementação da educação financeira dentro das unidades da FAB, tendo como público-alvo militares e servidores civis do Comando da Aeronáutica, ativos e veteranos, seus dependentes e pensionistas.

2 MÉTODOS DE ANÁLISE

Este estudo foi conduzido por meio de uma pesquisa documental, que abrange documentos oficiais, e uma pesquisa bibliográfica, que explora os trabalhos de autores citados, com o intuito de estabelecer uma possível relação entre educação financeira e desempenho profissional. A hipótese central deste trabalho é que um militar com educação financeira adequada é capaz de contribuir significativamente para o desempenho da Força Aérea Brasileira (FAB).

Tomando como referência o Plano Real em 1994, que melhorou o poder de compra da população, e utilizando dados fornecidos pela da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF) de 2011 mais as observações e conclusões de alguns autores é possível compreender as

mudanças no comportamento financeiro da população diante de uma economia instável em contraste com uma economia mais controlada e os avanços no acesso a serviços financeiros.

Além disso, investiga-se a relação entre o nível de inadimplência da população brasileira e seu grau de educação financeira. Para isso, são examinados os dados mais recentes do Serasa, da CNC e as análises dos autores Antoni, Andreia, Daiana e Solto (2015). Essa análise sistemática permite identificar a possível conexão entre a falta de educação financeira e o alto índice de famílias endividadas no país.

No desenvolvimento do estudo, é dada ênfase à análise dos documentos que abordam a influência da educação financeira no desempenho dos colaboradores nas empresas, bem como seu possível efeito produtividade e na redução de acidentes de trabalho. Os estudos de Santos (2013), Natali (2018) e Volpe (2018) são examinados para verificar se há uma correlação entre o bem-estar proporcionado pela educação financeira e o desempenho no ambiente de trabalho.

Adicionalmente, é feita uma análise do Decreto Nº 10.393 (Brasil, 2020) e a Portaria DIRAP Nº 22/SPOG4 para entender o posicionamento e as estratégias do Estado Brasileiro e da FAB em relação à implementação da educação financeira no país. Essas medidas fornecem *insights* valiosos sobre a relevância do tema.

3 DESENVOLVIMENTO

3.1 CONTEXTUALIZAÇÃO

O assunto da educação financeira ganhou certa relevância nos últimos anos. No entanto, de acordo com Araujo (2014), percebe-se que a sociedade brasileira passou por um longo caminho até que houvesse de fato um maior estímulo ao controle das finanças com vista ao melhor bem estar financeiro.

Os altos índices de inflação, crédito escasso e pouco acesso à informação foram determinantes para criar um cenário no qual o brasileiro médio dificilmente conseguiria criar um planejamento financeiro de médio a longo prazo. Por isso, como consequência, o consumidor mal via a cor do próprio dinheiro, que circulava rapidamente na compra de produtos do dia a dia familiar (Araujo, 2014). Esta memória de consumismo desenfreado permanece até a atualidade, de acordo com a ENEF (2011), nos anos 70, 80 e 90 a inflação era muito alta, os preços eram ajustados regularmente, causando na população este consumismo e o receio dos preços aumentarem novamente.

A partir dos anos 90, percebe-se que o conhecimento sobre finanças resumia-se apenas a “dicas de investimento” bem como a compra de títulos dos bancos, títulos públicos ou ações de empresas, voltado principalmente para indivíduos que de alguma forma já possuem algum ativo investido no mercado financeiro ou condições financeiras para isso (Araujo, 2014).

O advento do Plano Real em 1994 foi um fator determinante para um estabelecimento de uma economia mais estável, uma vez que, de acordo com Araújo (2014), é claro o atraso ou a demora no tratamento da educação financeira ter relação direta com a histórica instabilidade econômica do país. A partir de 1999, houve um maior e melhor controle da economia brasileira, além de também construir um cenário mais favorável para o estabelecimento de um controle financeiro melhor do indivíduo. Dois fatores foram relevantes para esta mudança: o controle da inflação e a expansão da bancarização⁶, o qual permitiu a maior inclusão da população no sistema bancário, ampliando o seu acesso aos serviços financeiros. A figura 1 abaixo mostra a relação entre o aumento rápido da bancarização e a redução dos níveis de preço:

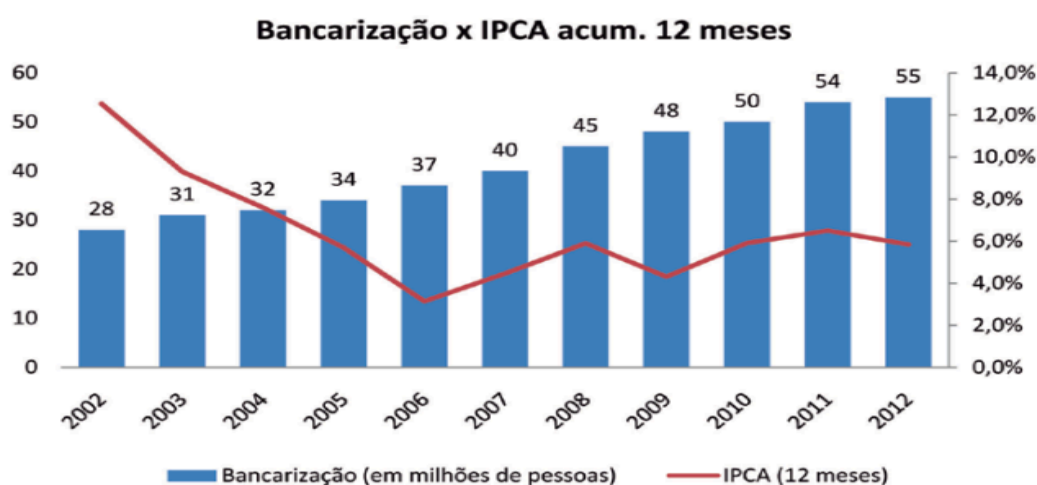


Figura 1 Relação entre o aumento da bancarização e a redução dos níveis de preço

Fonte: Araujo (2014, p. 2).

Durante o período de 2002 e 2012, o aparecimento fatores favoráveis e positivos à economia, bem como maior previsibilidade econômica, maior disponibilidade de adultos dispostos a trabalhar e maior movimento da classe baixa para a classe média, foram capazes de aumentar a

⁶Processo de inclusão da população no sistema bancário, ampliando o seu acesso aos serviços financeiros.

capacidade de poder de compra da população em geral e, por conseguinte, uma crescente oferta por parte do governo e de empresas para poder suprir esta demanda, de acordo com Araujo (2014, p. 5):

A evolução do uso de crédito na vida do brasileiro toma um curso irreversível. Uma parte da população, que em apenas alguns anos, se transformou predominantemente em classe média, agora demandava acesso às políticas tradicionais financeiras. Portanto, além de um aumento expressivo do consumo e maior bancarização da população, houve por parte das empresas uma grande exploração deste nicho de mercado, antes quase intocado. Fatores de oferta e demanda cresciam juntos.

Embora seja positivo um aumento do poder de compra da população na economia, percebe-se que este crescimento não foi totalmente coordenado uma vez que segundo Figueira e Pereira (2014), influenciam o aumento do endividamento dos brasileiros. De acordo com a ENEF (2011), à medida que a diversidade de produtos financeiros, como empréstimos, poupanças, investimentos, seguros e planos de pensão, disponíveis para os consumidores aumenta, surge também uma maior responsabilidade durante a compra. Conforme destacado por Veludo de Oliveira, Ikeda e Santos (2004), a disseminação do cartão de crédito em vários estratos da sociedade tem provocado alterações no comportamento de grupos anteriormente excluídos desse meio. Observa-se que, à medida que o acesso ao cartão de crédito cresce, há uma correlação direta com o aumento do número de inadimplentes.

Essa crescente complexidade torna as decisões financeiras mais desafiadoras, pois exige a comparação minuciosa das características de cada opção para realizar escolhas conscientes. Mesmo entre produtos aparentemente similares, podem existir diferenças significativas nos riscos associados, aos potenciais lucros, nos custos envolvidos, nos prazos de maturação, nos direitos de monitoramento, na participação e na informação disponível. Nesse contexto, os consumidores enfrentam o desafio de navegar por um cenário financeiro cada vez mais complexo, no qual a compreensão detalhada das diferentes opções é essencial para tomar decisões financeiras informadas e prudentes (Veludo de Oliveira, Ikeda e Santos, 2004).

3.2 EDUCAÇÃO E EDUCAÇÃO FINANCEIRA

O Brasil possui um nível relativamente alto de inadimplentes, chegando a basicamente quase metade da população. Ao analisar um levantamento de dados sobre o mapa de inadimplência

feito pelo Serasa em 2023 no mês de dezembro, o Brasil conta 71,10 milhões de inadimplentes, correspondente a 43,35% da população:

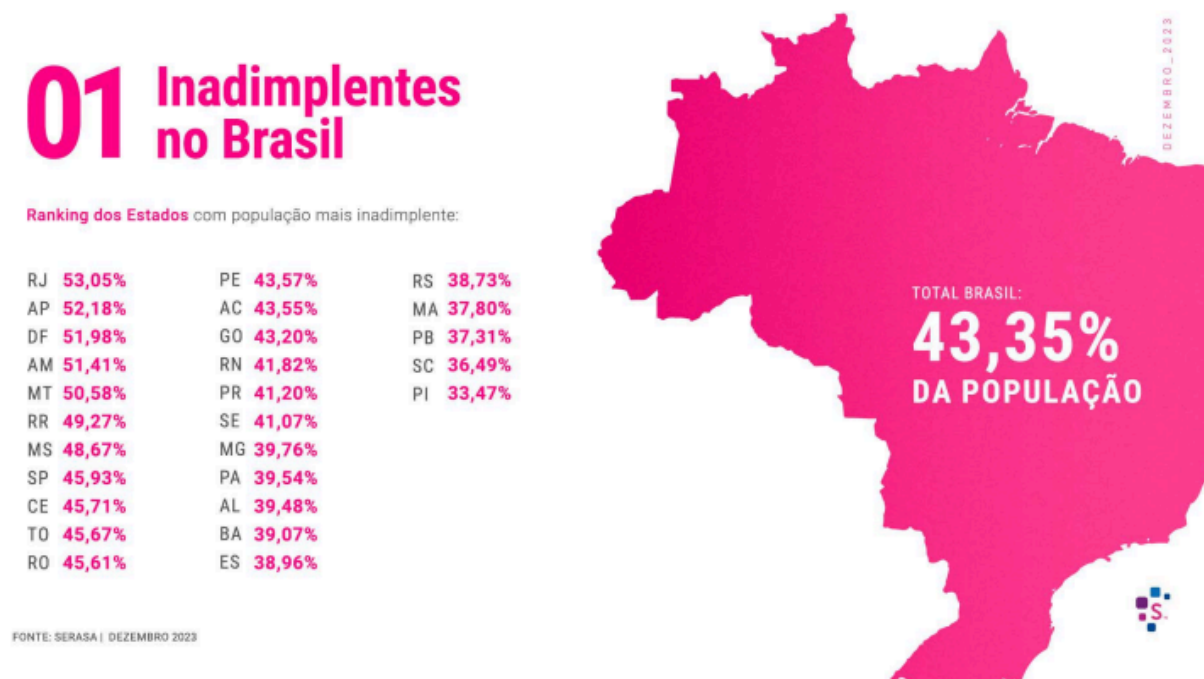


Figura 2 Quantidade de Inadimplentes no Brasil

Fonte: Serasa, 2023.

No final de 2022, o país contava com 42.76% da população de inadimplentes, dentre estes, tendo o cartão de crédito como o principal motivo da inadimplência. Segundo Donadio, Abreu e Souza (2012), o emprego do cartão de crédito, para além de incentivar despesas, propicia uma propensão maior a comportamentos imprudentes se comparado ao uso de dinheiro em espécie. Para muitos, o valor envolvido nas transações com cartão de crédito é percebido como abstrato e irreal. Para Littwin (2008), as altas taxas de juros e penalidades aplicadas podem elevar rapidamente o montante da dívida inicial, convertendo um gasto modesto em taxas e dívidas de proporções excessivamente elevadas.

De acordo com o Serasa (2022), cerca de 59% das pessoas entrevistadas não sabiam os valores das tarifas e dos juros cobrados em caso de atraso do pagamento, acarretando um grande descontrole ao longo do tempo. Em caso de atraso, o devedor fica sujeito a uma multa que pode chegar até 2% sem ser cumulativa, a possibilidade da cobrança de juros por atraso, geralmente

maior que 10% ao mês e o pagamento do Imposto sobre Operações Financeiras, o qual se deve arcar com uma taxa de 0,38% do valor devido, além de uma taxa diária de 0,0082%, até que tudo seja quitado. A situação torna-se preocupante quando opta-se por pagar somente a fatura mínima, correspondente a 15% da fatura, uma vez que a taxa de juros do crédito rotativo chegou a 409,3% ao ano no fim de 2022, segundo dados da série estatística do Banco Central (BC) presentes na figura abaixo:



Figura 3 Aumento da taxa de juros do cartão de crédito rotativo

Fonte: Banco Central. Disponível em:

https://www.correiobraziliense.com.br/economia/2023/01/5069556-taxa-de-juros-do-cartao-de-credito-dispar-a-a-e-vai-a-4093.html#google_vignette. Acesso em: 15 ABR 2024.

Diante do alto nível de inadimplentes no país e histórico de mau uso dos cartões de crédito, percebe-se que grande parte relaciona-se com o nível de alfabetização financeira. Luzardi e Tufano (2008) destacam ainda a existência de uma conexão significativa entre o nível de alfabetização financeira e o custo do crédito suportado pelos consumidores. Salientam que indivíduos com habilidades financeiras limitadas tendem a se envolver em transações de alto custo, arcando com tarifas mais elevadas e recorrendo a formas de empréstimo com taxas mais altas. De acordo com resultados obtidos por Donadio, Abreu e Souza (2012), se aplicados ao contexto do cartão de crédito, estima-se que cerca de um terço das taxas e encargos suportados por indivíduos com baixo nível de alfabetização financeira possam ser atribuídos à falta de conhecimento. Esses mesmos indivíduos também têm propensão a acumular dívidas excessivas e apresentam dificuldades em avaliar seu próprio nível de endividamento. No que diz respeito aos titulares de cartões de crédito, os consumidores menos alfabetizados financeiramente tendem a pagar tarifas aproximadamente 50% mais altas do que a média.

3.3 PREOCUPAÇÃO DA FAB COM A EDUCAÇÃO FINANCEIRA

A questão da educação financeira é considerada uma necessidade urgente no Brasil, de acordo com a BM&F BOVESPA (2012), destacando-se a pesquisa realizada pelo Instituto Data Popular em 2008, que revelou uma discrepância entre a percepção e a prática financeira dos consumidores brasileiros. Apesar de reconhecerem o que é correto em relação aos gastos, muitos são prejudicados pela pressão das necessidades diárias. A Portaria DIRAP N° 22/SPOG4 reconhece que o aumento do endividamento e da compra por bens supérfluos é evidente no Brasil, refletindo a necessidade urgente de programas de educação financeira. A complexidade dessa questão vai além dos aspectos puramente financeiros e requer uma abordagem mais ampla que contemple os riscos do endividamento.

A educação financeira é crucial para capacitar os consumidores a interagir conscientemente com o mundo econômico, mudar hábitos e promover uma qualidade de vida melhor. Isso demanda estratégias que atendam às necessidades específicas dos militares, especialmente aqueles ligados ao Sistema de Serviço Social (SISESO), o qual são responsáveis por

prestar atendimento social, serviços socioassistenciais, implantar e implementar programas sociais para o efetivo do Comando da Aeronáutica, incluindo os que estão na inatividade, seus familiares e pensionistas.

Em vista da visão positiva da educação financeira e a carência do assunto dentro da população brasileira, foi feita uma pesquisa pela Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP), sobre o levantamento do perfil econômico e financeiro dos militares do COMAER, uma vez que estes também fazem parte da sociedade do Brasil. Dentre as diversas conclusões, vale ressaltar as que estão presentes na figura abaixo:

O MILITAR É O PRINCIPAL PROVEDOR DA FAMÍLIA

A pesquisa revelou que, aproximadamente, 82% dos militares assumem o lugar de principal provedor da família.

A MAIORIA DOS MILITARES GASTAM TUDO OU MAIS DO QUE GANHAM NA MAIOR PARTE DOS MESES DO ANO

38,3% dos pesquisados afirmam que gastam tudo o que ganham; 17,8% afirmam que gastam mais do que ganham. Dos militares, 43,9% revelaram que conseguem direcionar parte do dinheiro para poupar na maioria dos meses do ano.

A MAIORIA DOS MILITARES NÃO REALIZAM CONTROLE DO ORÇAMENTO OU NÃO REALIZAM DE FORMA ADEQUADA

Aproximadamente 19,4% declara que não realiza controle de gastos mensais e 39% realiza o controle dos gastos mensais durante ou no final do mês, quando o ideal seria um planejamento com a previsão dos gastos mensais.

A MAIORIA DOS MILITARES POSSUEM ALGUM TIPO DE DÍVIDA

Verificou-se que a maior parcela possui empréstimo em bancos ou instituições financeiras, correspondendo a 60%, seguidos de financiamento de automóvel (37%), financiamento de imóvel (35%), cheque especial (20%), parcelamento da negociação do cartão de crédito (16%) e empréstimo com familiares ou amigos (11%).

Figura 4 Levantamento de militares da FAB endividados

Fonte: Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA) 11-114/2019. Dados organizados pelo autor.

Diante dos resultados apresentados, o Comando da Aeronáutica entende que é de suma importância a implementação de algumas estratégias e ações sociais que visem a mudança de atitude do próprio efetivo. A inadimplência brasileira, presentes também nos militares do COMAER, pode gerar significativas e complexas consequências no âmbito institucional, impactando diretamente a produtividade, a segurança, a retenção de talentos para outras instituições públicas e privadas, a qualidade de vida e as relações interpessoais no âmbito da Força Aérea. Por

isso, tendo como uma das diretrizes presentes no Plano de Ação do Comando da Aeronáutica (PCA) 11-114/2019 que destaca a “necessidade de elaboração de um plano de educação financeira, com foco principal em ações para o efetivo dos cursos de formação de Aeronáutica, com atualizações periódicas”, o SISESO providenciou o Programa de Educação Financeira a ser implementado pelos Setores de Serviço Social, levando em conta as particularidades dos campos de atuação, junto ao efetivo ativo, veterano e seus dependentes e pensionistas.

O programa teve como principal meta implantar o programa de educação financeira nas organizações militares da Aeronáutica até 31 de março de 2021. Para isso, o programa esteve comprometido em capacitar todos os assistentes sociais para poderem transmitir de maneira adequada todo o conhecimento adquirido para os militares, servidores civis, seus dependentes e pensionistas. Além disso, foi inserido no cronograma do Serviço Social a Campanha "Maio no Azul", como marco para iniciativas de destaque voltadas para a Educação Financeira, em harmonia com a Semana Nacional de Educação Financeira da Estratégia Nacional de Educação Financeira (ENEF).

As ações propostas abrangem uma variedade de setores dentro da Força Aérea Brasileira, visando promover uma cultura de Educação Financeira e melhorar a situação socioeconômica dos militares e suas famílias. As iniciativas vão desde a inserção do tema nas formações militares até parcerias com organizações externas para capacitação e assistência financeira. No caso de instituições de ensino como a Academia da Força Aérea, são presentes as estratégias abaixo:

- a) apoiar a implementação de iniciativas previstas no Plano Diretor da ENEF – Orientações para Educação Financeira nas Escolas;
- b) privilegiar ações com foco no professor, protagonista do processo de disseminação do tema na escola, com ações para formação e informação acerca do tema Educação Financeira;
- c) incentivar que os cadetes, alunos e recrutas se inscrevam em cursos na modalidade EAD, sem custos; e
- d) realizar articulação com os docentes para trabalharem a temática de Educação Financeira de maneira transversal nas disciplinas regulares.

Percebe-se o implemento dessas estratégias na formação do Cadete na Academia da Força Aérea a partir da disponibilidade de materiais presentes no *site* <http://www.afa.intraer/>. O assunto sobre educação financeira tem um tópico próprio no site, o qual conta com conteúdos atualizados

mensalmente, bem como Ebooks, planilhas de controle orçamentários, vídeos ilustrativos e palestras, presentes na imagem abaixo:

PORTAIS

- FAYS
- PAYS
- EDA
- CCAER
- GSAU-YS
- DTCEA-YS
- DIV. DE ENSINO
- BIBLIOTECA
- CENTROS SOCIAIS

INSTITUCIONAL

- Comandante
 - Diretriz de Comando
 - Missão, Visão e Valores
- Histórico
 - Unidades
 - Fale com o Comandante
 - Fale com o SO Master
 - Educação

Educação Financeira

Com o intuito de implementar o Programa de Educação Financeira, previsto no MCA 163-1/2021, foi disponibilizada uma nova "aba" na página Intraer, para obter informações relevantes sobre o programa que será atualizado mensalmente.

Para acessar os *links* abaixo é indicado que seja aberto pelo navegador Google Chrome.

Janeiro | 2024 - Comece o ano no azul!

PROGRAMA DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA - PEF

Para saber mais, Clique aqui!

A importância do
PLANEJAMENTO FINANCEIRO

Tenha acesso a um E-book completo, além de uma Planilha de Controle Orçamentário.

INVESTINDO NO AZUL

Fevereiro | 2024 -Aprenda e Pratique!

Figura 5 Programa de educação financeira na AFA

Fonte: AFA .Disponível em:

http://www.afa.intraer/index.php?option=com_content&view=article&id=1063&Itemid=814.

Acesso em: 29 mar 2024.

Por fim, as ações refletem um esforço conjunto para enfrentar os desafios financeiros enfrentados pelos militares, incluindo o endividamento e a falta de conhecimento sobre finanças pessoais. Essa abordagem integrada pode contribuir significativamente para melhorar a qualidade de vida e o desempenho profissional dos membros da Força Aérea Brasileira.

3.4 EDUCAÇÃO FINANCEIRA E DESEMPENHO PROFISSIONAL

Os índices alarmantes de endividamento no Brasil tornaram-se uma preocupação crescente tanto para o Estado brasileiro quanto para a Força Aérea Brasileira. Embora algumas autoridades e especialistas apontem que esses níveis ainda estão abaixo de alguns países, para Santos (2013) é

importante ressaltar que os encargos financeiros no Brasil são significativamente mais elevados. Isso fica evidente ao comparar a taxa de juros dos cartões de crédito, que pode ser até 17 vezes maior no Brasil do que nos Estados Unidos.

Esse cenário de endividamento não afeta apenas os indivíduos, mas também as empresas. Colaboradores sobrecarregados com dívidas tendem a faltar mais ao trabalho, buscando resolver os próprios problemas financeiros, o qual resulta em uma redução na sua produtividade devido ao estresse e à pressão financeira. Além disso, o presenteísmo, fenômeno em que o funcionário está fisicamente presente no local de trabalho, mas não consegue se concentrar nem produzir conforme o esperado, é uma realidade frequente entre aqueles que enfrentam problemas financeiros. Esse estado de distração pode aumentar o risco de acidentes de trabalho, uma vez que a falta de concentração compromete a execução segura das atividades laborais (Santos, 2013).

Em muitos países ao redor do mundo, programas de Educação Financeira são implementados como parte integrante das políticas públicas. Países como EUA, Inglaterra, Austrália, Canadá e Nova Zelândia reconhecem os benefícios desses programas, que se tornaram ações permanentes em suas agendas. Para eles, a Educação Financeira desempenha um papel fundamental na promoção do bem-estar financeiro dos cidadãos, de forma análoga aos programas de prevenção de acidentes no Brasil, como as Comissões Internas de Prevenção de Acidentes (CIPAs) (Santos, 2013).

De acordo com Garcia (2010), quando um colaborador enfrenta dificuldades financeiras, é comum observar mudanças em seu humor, acompanhadas de sintomas físicos como dores de estômago, insônia, estresse e irritabilidade. Esses sintomas podem afetar significativamente o desempenho do colaborador em suas tarefas diárias, levando a uma diminuição da eficiência no trabalho. Além disso, é comum que o funcionário endividado recorra com mais frequência aos serviços médicos, aumentando os custos da empresa com planos de saúde. Isso ocorre devido à ocorrência de doenças psicossomáticas, como destacado por Moscardi (2010), que são desencadeadas ou agravadas pelo estresse financeiro.

Tratando-se dos impactos do endividamento no comportamento do brasileiro, de acordo com Meirelles (2012), o endividamento revela uma posição preocupante em relação às mudanças comportamentais que desencadeiam. Um indivíduo que se encontra em situação de inadimplência entra em um ciclo de negatividade que se inicia com a queda da confiança em si mesmo. Esse ciclo pode evoluir para o isolamento social, a perda do emprego, o rompimento de relacionamentos

conjugais e até mesmo desencadear outros transtornos psicológicos e comportamentais mais graves, como a perda do interesse pela vida. Os dados abaixo ajudam a traçar o perfil dos endividados no país, além de revelar os impactos comportamentais dos devedores e mostrar as perspectivas para o futuro:

- 83% dos endividados têm dificuldade para dormir por conta das dívidas;
- 78% têm surtos de pensamentos negativos devido aos débitos vencidos;
- 74% afirmam ter dificuldade de concentração para realizar tarefas diárias;
- 62% dos entrevistados sentiram impacto no relacionamento conjugal;
- 61% viveram ou vivem sensação de "crise e ansiedade" ao pensar na dívida;
- 53% dos pesquisados revelam sentir "muita tristeza" e "medo do futuro";
- 51% dos entrevistados têm vergonha da condição de endividado;
- 33% não se sentem mais confiantes em cuidar de suas próprias finanças;
- 31% pararam de frequentar reuniões familiares.

Figura 6 Impactos psicológicos do endividamento

Fonte: Serasa, 2022. Disponível em: <https://www.serasa.com.br/imprensa/pesquisa-de-endividamento-2022/>
Acesso em: 15 abr 2024.

4 RESULTADOS DO TRABALHO PARA O OFICIAL DA AERONÁUTICA FORMADO NA AFA

De acordo com a DCA 55-41/2018 o aspirante aviador assim que formado prossegue para as bases aéreas em Natal. Diante disso, ele está sujeito ao CPROE realizado no GITE, e após isso prossegue para a especialização na referida aviação para qual foi designado, bem como o CEOAR, CEOA, CEOIVR e CEOTR. Diante destes novos desafios, o aspirante conta com a mudança de localidade, a administração entre a vida militar e a vida civil, a chefia de alguma seção e o treinamento do voo. Concluído os nove meses de curso, o militar é transferido para as diversas partes do país, seguindo a progressão operacional, determinadas pelo COMPREP, em coordenação com o COMGEP.

Durante a vida operacional, o oficial aviador lida com muitos fatores os quais necessitam um nível elevado de concentração e atenção, ainda mais tratando missões operacionais desempenhadas no voo, fato observado e comprovado pelo relato de um resgate realizado pelo Tenente Charles Bruno Duarte (2017):

Calculamos mais ou menos 29 minutos de voo. Quando próximos, reduzimos a velocidade, para realizar a busca. A mais ou menos 3 milhas da posição, conseguimos visualizar a aeronave. Ela estava em uma região que aparentemente dava para pousar, como se fosse uma clareira com várias árvores em volta. Passamos sobre a área, mas, quando nos aproximamos, vimos que era uma região de pântano e parte da aeronave já estava alagada, com os passageiros em cima da mesma. Fizemos mais um tráfego e optamos pelo resgate através do içamento, pela vertical da aeronave. Na sequência, os homens de resgate iniciaram os trabalhos e desceram para o preparo das vítimas. Analisamos e vimos que não estavam com ferimentos graves e que somente o içamento era suficiente. Com os três passageiros a bordo, regressamos.

De acordo com a ICA-36-9, os oficiais intendentess atuam em todas as áreas ligadas à gestão dos recursos materiais, humanos, orçamentários e financeiros do COMAER, bem como Direção e Comando, Contabilidade, Administração Financeira, Orçamento, Pagamento de Pessoal e de Terceiros, Licitações e Contratos Nacionais e Internacionais Administração de Materiais. Além disso, estarão frequentemente na liderança de equipes, necessitando demonstrar iniciativa, responsabilidade, liderança e espírito de equipe, de acordo com a ICA-36-9 (2019 p. 12):

Frequentemente irão se defrontar com obstáculos, situações e desafios nunca experimentados, que exigirão do Oficial conhecimento, raciocínio, estabilidade emocional e flexibilidade. Além de exercer suas atividades durante o expediente, os militares concorrerão aos serviços de escala, sobreaviso e membros de comissões regulamentadas em suas Organizações Militares, conforme suas especialidades e graus hierárquicos.

Os oficiais intendentess contam com atividades de cunho logístico e de apoio à tropa ou à população, lidando com grandes transições as quais, se não muito bem administradas, podem colocar em risco a organização militar no qual trabalham (ICA-36-9, 2019). Um exemplo disso é a Operação Excelsior, que ocorreu entre os dias 7 e 19 de junho de 2024, com o objetivo principal de fornecer assistência médica especializada às comunidades ribeirinhas do estado do Pará. A operação inclui um exercício de campanha e logística, saúde e intendência operacional, que envolveu cerca de 100 militares para atender aproximadamente 1.000 pessoas por dia. Diante da intensa atividade de apoio e de logística, percebe-se que é uma atividade que exige comprometimento extremo dos

oficiais, uma vez que conta com o gerenciamento tanto de militares quanto com populações civis carentes.

Para os oficiais de infantaria, como Tenentes (Oficiais Subalternos), eles se envolvem principalmente em atividades operacionais, ministrando instruções técnicas, participando de cursos, treinamentos, missões e operações militares. Eles devem ser pró-ativos, buscar conhecimento administrativo e manter um preparo físico adequado (ICA-36-10, 2019). Ao decorrer da progressão da carreira, estão sujeitos a exercer funções diversificadas de acordo com a unidade onde servem, incluindo dirigir, supervisionar, coordenar e controlar as atividades da unidade, gerenciar áreas administrativas e operacionais, assessorar superiores, chefiar divisões de comandos e participar de comissões de alta importância.

Ao fazer uma análise das consequências geradas pela má gestão financeira, tais como as dificuldades no sono, existência de pensamentos negativos, dificuldade de concentração e ansiedade (Serasa, 2022), pode-se concluir que há certa possibilidade destes fatores influenciarem negativamente o desempenho do oficial formado na AFA dentro da própria rotina. Além das operações militares, o oficial ainda lida com a gestão dos gastos com a própria vida pessoal e familiar, o qual tem a possibilidade de se tornar mais um problema, de acordo com Cerbasi (2004 p. 6):

Grande parte dos problemas de relacionamento entre marido e mulher começa no dinheiro no excesso ou na falta dele. Quando a renda do casal não dá conta dos gastos do mês, o dia-a-dia tende a uma desagradável monotonia e qualquer proposta mais romântica que envolve gastos é cortada pela raiz. As dificuldades decorrentes dessa escassez geram conflitos entre os cônjuges, que nem sempre percebem que o problema é financeiro.

Embora não existam dados explícitos que comprovem os impactos no desempenho do oficial, torna-se possível a suposição de que há determinados efeitos. Considerando os impactos nos cidadãos brasileiros, bem como maiores índices de estresse, preocupações, problemas de concentração, mudanças de humor e até mesmo problemas familiares podem ser fatores preocupantes para oficiais, os quais realizam tarefas muito mais complexas e que ainda assumem o papel de chefes e líderes dentro da força.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O trabalho realizado, permitiu identificar as dificuldades da gestão financeira da população brasileira nas décadas de 70, 80 e 90 devido ao alto índice de inflação, crédito escasso e

pouco acesso à informação. A partir do advento do Plano Real em 1994 foi possível o aparecimento de fatores positivos como o controle da inflação e a expansão da bancarização, possibilitando um maior poder de compra para a população.

Contudo, o rápido crescimento da oferta dos instrumentos do mercado financeiro somada à falta de familiaridade da população com tais instrumentos levou a um maior nível de endividamento da população, criando uma relação entre nível de educação financeira e o número de inadimplentes. A FAB reconhece a carência de educação financeira tanto na sociedade brasileira quanto no próprio efetivo e preocupa-se em elevar o conhecimento sobre o assunto através de ações, tais como a implementação do Programa de Educação Financeira nas próprias guarnições, fomentar uma parceria com a Diretoria de Ensino (DIRENS) para a implementação do assunto nas escolas de formação, incentivar os Órgãos Executivos a promover cursos e parcerias que objetivem a qualificação do efetivo, capacitar os Assistentes Sociais para serem multiplicadores do tema e estabelecer no calendário a Campanha Maio Azul, como ponto de partida para atividades destinadas a destacar a importância da Educação Financeira.

Em relação ao desempenho profissional, não existem estudos oficiais da FAB que relacionem a educação financeira dos oficiais com desempenho profissional e não se sabe até que ponto as consequências causadas nas empresas como faltas no trabalho, falta de concentração, baixa qualidade de sono, ansiedade, mudanças de humor e geração de ciclos de negatividade, contribuindo até mesmo na segurança da companhia, podem afetar os oficiais no desempenho das próprias funções. No entanto, tendo em vista os resultados de inadimplência e desempenho apresentados ao longo do trabalho, percebe-se que podem ser possíveis influências no meio militar, posto que o oficial está sujeito a tarefas complexas e de grande nível de concentração, bem como as atividades áreas, altos cargos de chefia e missões de segurança e busca e salvamento.

Devido ao alto índice de inadimplência brasileira e até mesmo dos militares da FAB, além da relação clara entre a falta de educação financeira e o desempenho profissional, o trabalho comprometeu-se em analisar os fatores que podem refletir no desempenho em atividades militares, considerando o alto nível de esforço, foco e comprometimento cobrados pela instituição. Por conseguinte, ainda pôde comprovar a hipótese de que um militar devidamente educado financeiramente pode tomar decisões mais inteligentes em relação aos próprios gastos, contribuindo positivamente para a força.

Por fim, uma vez que não se tem resultados definitivos sobre o assunto, sugere-se à Diretoria de Administração do Pessoal (DIRAP) um levantamento de dados do nível de inadimplência e endividados mais precisos em relação aos oficiais e um *Feedback* das mudanças e dos resultados da maior implementação da educação financeira no efetivo da FAB. Com estes resultados torna-se possível uma melhor análise sobre o tema, além da possibilidade de identificar o que se pode melhorar na formação dos oficiais.

REFERÊNCIAS

ABALA, Vitor. Endividamento atinge 78,3% das famílias brasileiras, diz CNC. **Agência Brasil**, Rio de Janeiro, 2002. Disponível em: <https://agenciabrasil.abc.com.br/economia/noticia/2023-05/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc>. Acesso em 23 ago. 2023.

ARAUJO, Fernando Cosenza; CALIFE, Flavio Estevez. A história não contada da Educação Financeira no Brasil. In: ROQUE, JRR. **Otimização na recuperação de ativos financeiros**. (S.l.), Ibegi, p. 1-11, 2014. Disponível em: <https://www.boavistaservicos.com.br/wp-content/uploads/2014/08/A-hist%C3%B3ria-n%C3%A3o-contada-da-educa%C3%A7%C3%A3o-financeira-no-Brasil.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2024.

BARROS, Leonardo. Educação Financeira: 12 Dicas de Sucesso Para Empresas e Funcionários. **Solides Blog**. São Paulo, 2020. Disponível em: <https://tangerino.com.br/blog/educacao-financeira-empresarial/>. Acesso em: 24 março. 2023.

BERNTHAL; Crockett, D. and Rose, L. Credit Cards as Lifestyle Facilitators. **Journal of Consumer Research**, Oxford, Volume 32, Issue 1, p. 130–145, 01 jun. 2005. Disponível em: <https://academic.oup.com/jcr/article-abstract/32/1/130/1796318?login=false>. Acesso em: 04 maio. 2024

DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO FINANCEIRA DO BANCO CENTRAL DO BRASIL. Brasil: Implementando a Estratégia Nacional de Educação Financeira. **Banco Central do Brasil**, Brasília, 2007. Disponível em: https://www.bcb.gov.br/pre/pef/port/Estrategia_Nacional_Educacao_Financeira_ENEF.pdf. Acesso em: 22 maio. 2023.

BRASIL. Presidência da República. **Decreto. Nº 10.393**. Brasília, DF: Presidência da República. 09 jun. 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/decreto/d10393.htm Acesso em: 09 maio. 2024.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria DIRAP Nº 22/SPOG4 de 10 de março de 2020**. Programa de educação financeira do sistema de serviço social do COMAER. Brasília, DF: Diretoria de Administração do Pessoal. 10 mar. 2020.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria Nº 1.916/GC3, de 22 de novembro de 2018**. Progressão operacional de oficiais aviadores da Força Aérea Brasileira. Brasília DF: Comando da Aeronáutica. 22 nov. 2018.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria Nº 56/GC3, de 10 de janeiro de 2019**. Instrução reguladora do quadro de oficiais de intendentes (IRQOInt). Brasília DF: Comando da Aeronáutica. 10 jan. 2019.

BRASIL. Ministério da Defesa. Comando da Aeronáutica. **Portaria N° 348/GC3, de 6 de março de 2019**. Instrução reguladora do quadro de oficiais de infantaria da aeronáutica (IRQOInf). Brasília DF: Comando da Aeronáutica. 07 mar. 2019.

CERBASI, Gustavo. **Casais inteligentes enriquecem juntos**. Rio de Janeiro: Gente, 2004.

DONADIO; CAMPANARIO; RANGEL. O papel da alfabetização financeira e do cartão de crédito no endividamento dos consumidores brasileiros. **Revista Brasileira de Marketing**, São Paulo, v. 11, n. 1, p. 75–93, 2012. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/4717/471747527005.pdf>. Acesso em: 04 maio. 2024.

ENDIVIDAMENTO ATINGE 78,3% DAS FAMÍLIAS BRASILEIRAS, DIZ CNC. **Poder 360**, São Paulo, 2023. Disponível em: <https://www.poder360.com.br/brasil/endividamento-atinge-783-das-familias-brasileiras-diz-cnc/>. Acesso em: 8 maio. 2024.

GARCIA, Renato de Castro. Funcionário endividado produz menos. **Adilson Barroso Blogspot**. São Paulo, 05 abr. 2010. Disponível em: <http://adilsonbarroso.blogspot.com/2010/11/funcionario-endividado-produz-menos.html>. Acesso em: 9 nov. 2023.

HORTA, Priscila; DEMO, Gisela; ROURE, Patricia. Políticas de gestão de pessoas, confiança e bem-estar: estudo em uma multinacional. **Revista de Administração Contemporânea**, (S.l.), v. 16, p. 566-585, 2012.

KUZUHARA, Giovanna de Souza *et al.* **Educação Financeira**: Consultoria sobre educação financeira nas empresas. Tupã: Etec Professor Massuyuki Kawano, 2022. Disponível em: <https://ric.cps.sp.gov.br/handle/123456789/11932>. Acesso em: 04 maio. 2024.

LITWIN, Angela. Beyond Usury: A Study of Credit-Card Use and Preference Among Low-Income Consumers. **Texas Law Review**, (S.l.), Vol. 86, Number 3, February 2008.

LUSARDI, Annamaria; Tufano, Peter. Debt Literacy, Financial Experiences, and Over indebtedness. **NBER Working Paper Series**, (S.l.), NBER Working Paper 14808, 2009. Disponível em: <http://ssrn.com/abstract=1366208>. Acesso em: 04 maio. 2024.

MOSCARDI, C. Empresas ajudam funcionários a planejar o gasto familiar. **Endividado**, São Paulo, 2010. Disponível em: http://www.endividado.com.br/materias_det.php?id=22486. Acesso em: 04 maio. 2024.

NATALI, Ricardo. RH deve ensinar colaboradores a importância da educação financeira. **Redação Mundo RH**, São Paulo, 2018. Disponível em: <https://www.mundorh.com.br/rh-deve-ensinar-colaboradores-a-importancia-da-educacao-financieira>. Acesso em: 05 maio. 2023.

SANTOS, Liliane Souza. A importância da educação financeira nas empresas sob o aspecto da produtividade e da redução dos acidentes de trabalho. **Revista Científica Hermes**, São Paulo, n. 8, p. 140-149, 2013.

SAVOIA, José Roberto Ferreira; SAITO, André Taue; S.ANTANA, Flávia de Angelis. Paradigmas da educação financeira no Brasil. **Revista de Administração pública**, v. 41, p. 1121-1141, 2007.

SERASA. Mapa de Inadimplência e Renegociação de Dívidas. **Serasa**, (S.l), 2023. Disponível em: <https://cdn.builder.io/o/assets%2Fb212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc%2Ff660170bf4204a908d0f34d06218c00e?alt=media&token=e0e0f4e1-8a33-4eb1-93d4-43c64296bbc9&apiKey=b212bb18f00a40869a6cd42f77cbeefc>. Acesso em: 23 maio. 2023.

VELUDO-DE-OLIVEIRA, Tânia Modesto; IKEDA, Ana Akemi; SANTOS, Rubens da Costa. Compra compulsiva e a influência do cartão de crédito. **Revista de administração de empresas**, v. 44, p. 89-99, 2004.